

Aspectos contemporâneos do Estado: discussão sobre a globalização, inclusão digital e cognição

The present situation of State: discussions on globalization, digital inclusion and cognition

por [Barbara Coelho Neves](#)

Resumo: Trata-se de uma revisão dos debates em torno da globalização, seu relacionamento com a sociedade da informação e a implicação nas desigualdades sociais. A contextualização propõe apresentar um panorama contemporâneo, visando observar o caminho da inclusão digital – como os mecanismos de globalização intensificaram a exclusão – e como esta vem sendo concebida a partir dos novos argumentos acadêmicos que conferem importância nos recursos humanos (letramento e educação).

Palavras-chave: Globalização; Sociedade da informação; Desigualdade social; Inclusão digital; Educação e cognição.

Abstract: This is a review of debates about globalization, its relationship to the information society and the involvement of social inequalities. The context was developed in sections strategically independent for the proposes to present the contemporary landscape that wants to observe the path of digital inclusion – the mechanisms of globalization have intensified the exclusion – and how it is designed, by example, as new academic arguments that confer importance on human resources (literacy and education).

Keywords: Globalization; Information society; Social inequality; Social inclusion; Digital inclusion; Education and cognition.

Introdução

O processo da globalização alterou a rede de relacionamento entre os indivíduos, influenciando nas estruturas econômicas e políticas, na qual a inclusão social configura uma importante interface⁸. Compreender as mudanças que remodelam a sociedade na contemporaneidade perpassa, necessariamente, por uma análise da dinâmica do mundo em constante transformação. As alterações oriundas da Revolução Industrial modificaram profundamente as bases da economia e da sociedade. O crescimento dos meios de transporte e comunicação proporcionou a corrida de novos mercados consumidores, consolidando as empresas e o sistema capitalista. O mundo transformou-se no palco das relações globais.

Subscrito pelos países que compunham o primeiro mundo, hoje também chamados de Estados centrais do sistema-mundo capitalista, a globalização viria a abranger o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia. Muitos estudiosos têm observado as diferenças desse processo atual de internacionalização que tem influenciado a vida cultural e social, graças às pressões políticas e econômicas vigentes no modelo. ([Santos](#), 2005).

Também as relações e a pesquisa – e principalmente a forma de buscar esses procedimentos – sofreram modificações devido à informatização e desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação (TIC) que culminaram no *informacionalismo*, também chamado de “*pós-industrialismo*” por Daniel Bell, “*modernidade líquida*” por Bauman ou ainda “*capitalismo tardio*” de *Mandel* e “*modernidade reflexiva*” por *Giddens*. Essas expressões estão ligadas às transformações nas relações, na estrutura do trabalho e reestruturação do capital na sociedade.

Baseado em uma breve explanação sobre globalização, para entender sua relação com a sociedade da informação e desigualdades sociais, procurou-se traçar um panorama para compreender a necessidade da inclusão digital com um viés mais voltado para uma abordagem cognitiva¹.

Este artigo está estruturado em quatro seções ou quatro aspectos contemporâneos do Estado. Na primeira será tratado o histórico da globalização, sua relação com o quesito tecnologia e comunicação, seguindo de um pequeno debate da visão de alguns estudiosos do tema. Na seção a seguir, se discute alguns dos aspectos sociais, sendo abordados pontos históricos da sociedade da informação, sua interseção com a globalização e a consequente desigualdade social. A seção três apresenta os aspectos da inclusão digital, abordados de forma dialética, levando em consideração a importância da universalização do acesso à internet. Observa-se a necessidade de reformulação da agenda pública que trata dos aspectos ligados à inclusão digital no Brasil com base em potenciais debates de autores que estão refletindo o tema em um contexto global na atualidade.

O termo “globalização”, marcado como assunto recorrente na reflexão de vários estudiosos sociais, continuará a merecer atenção das pesquisas empreendidas sob diversos olhares e crivos conceituais, perpassando por diversos campos disciplinares, sobretudo a Sociologia, a Economia, as Relações Internacionais e a Ciência Política. Outras disciplinas, a exemplo da Ciência da Informação, abordam tal tema, focando no campo social e econômico, observando fenômenos no consumo e disseminação da informação. Encontra-se na área das ciências sociais brasileiras uma extraordinária amplitude de trabalhos relacionados que, apesar de divergirem em suas linhas e perspectivas, concordam que estamos frente a um fenômeno multifacetado e de dimensões complexas que vão da cultura à religião. (Santos, 2005; Scholte, 2001).

Cronologicamente, a ordem mundial tem se transformado de maneira controversa, em suas várias facetas, desde o final da Guerra Fria, atingindo seu grau elevado no processo de desconstrução do que foi outrora o império político soviético e o posicionamento degradativo do socialismo.

Globalização é uma palavra que se tornou popular por está frequentemente associada às mudanças ocorridas a partir dos anos 80. Tendo predominantemente tomado lugar de destaque nas discussões – não somente no meio acadêmico, mas também no meio jornalístico, político, midiático, no círculo dos banqueiros e entretenimento, “... vindo a ser comum se falar de mercado global, comunicação global, conferências globais, ameaça global e assim por diante.” (Scholte, 2001, p.14).

No contexto que se segue, variedades de questões passam a serem estudadas por, inicialmente, interessados nas relações internacionais da governança, economia política global, mudanças ambientais globais, dentre outros. Tamanha a amplitude dos processos em jogo, a globalização pode ser entendida como um “... conjunto vasto de prescrições todas elas ancoradas no consenso hegemônico. Este consenso é conhecido por ‘consenso neoliberal’ ou ‘Consenso de Washington’ por ter sido em Washington, em meados da década de oitenta.” (Santos, 2005, p.27).

O neoliberalismo apresentou-se contra qualquer regulação do mercado por parte do Estado. Anderson (2007) explica que, embora o neoliberalismo pregasse o corte de relações profundas do Estado com a área social, acúmulo de capitais e privatizações, o modelo não foi feliz na redução de custos sociais. Para Anderson “... economicamente o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado”. (Anderson, 2007, p. 23). Para Mattelart (2005, p. 91) “ não existe globalização sem o desmantelamento das regulamentações públicas ” o que significa um quadro jurídico propício ao livre mercado.

Segundo Boaventura de Souza Santos (2005) esse conjunto de consensos – subscrito pelos países que compunham o primeiro mundo, hoje chamados de Estados centrais do sistema mundo, viria a abranger o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia – é o que se poderia denominar de paternidade das características hoje dominantes da globalização. A idéia-força que fomenta os divergentes consensos reza o desaparecimento das clivagens entre países que no século passado desencadearam duas guerras mundiais (hoje em dia as pequenas guerras se concentram na periferia do sistema), dando lugar à interdependência, coalizões entre grandes potências e à cooperação e integração regional, como aborda Miyamoto (1997, p.276-284):

Os processos de globalização, privilegiando as relações diplomáticas, econômicas e culturais ... tem feito com que grande parte das análises recentes considere com que debates sobre a segurança dos Estados sejam temática superada. ... As alianças que ora estão sendo implementadas são o germe da nova política de segurança global (e regional) das próximas décadas.

Em outras palavras, está nas mãos dos países centrais a condução dos mecanismos capazes de controlar focos de instabilidades e conflitos nos países periféricos e ‘semi-periféricos’. Também são percebidas mudanças profundas na geografia. Os ‘atores centrais’ nos anos oitenta desenvolveram um estreitamento da “ geografia da economia global e a acentuação do eixo Este-Leste. Isto torna-se evidente com o enorme crescimento de investimento ... denominado pela tríade: os Estados Unidos da América, a Europa Ocidental e o Japão”. (Sassen, 1994, p.10 apud Santos, 2005, p.30, grifo do autor).

Globalização em debate

Portanto, o termo ‘globalização’ tem muitos significados. As visões diferem sistematicamente com as convicções de diversos teóricos. Alguns percebem como panorama otimista, a exemplo do sociólogo Castells

(2000), para quem a globalização é o resultado inelutável da revolução nas tecnologias de informação, onde uma nova economia designada informacional surge porque a produtividade está pautada nas atividades que têm como matéria prima a informação baseada em conhecimento. Assim como Castells – Liszt Vieira coloca a evolução de máquinas tecnológicas inteligentes e influentes na economia – vindo a gerar um impacto resoluto no sistema financeiro. Para Vieira esse é o ponto de partida da globalização que, por sua vez, “[...] implica uma nova configuração espacial da economia mundial”. (Vieira, 1997, p.73). Outros se opõem a tais concepções tendo um posicionamento mais ‘incisivo’ ou divergente como é o caso de Santos (2005) e Batista Júnior (1997).

Para Boaventura de Sousa Santos (2005, p.51) a nova economia é uma “*economia global distinta da economia-mundo*”. Ele apresenta uma proposta teórica partindo de três contradições que perpassam todo período histórico, sendo a primeira delas entre globalização e localização, “*o global e o local são socialmente produzidos no interior dos processos de globalização*”. (Santos, 2005, p.63)². A segunda contradição, diz respeito ao Estado-Nação e o não-Estado transnacional onde, “*se para uns, o Estado é uma entidade obsoleta [...] para organizar e regular a vida social, para outros o Estado continua a ser a entidade política central ... porque a própria institucionalidade da globalização – das agências financeiras multilaterais à desregulação da economia – é criada pelos Estados nacionais ... a tal ponto que se pode afirmar que os Estados nunca foram tão importantes como hoje*”. (Santos, 2005, p.55).

A ausência de regulação em uma economia globalizada, diante de um mercado feroz por lucros largos, facilmente, desencadeia, proporcionalmente, bolhas e mais tarde grandes crises. Dessa forma, o discurso de Santos, sobre o poder regulatório dos Estados, constitui contemporâneo, principalmente, quando levamos em consideração a concatenação da crise iniciada em setembro de 2008 graças ao “*comportamento fraudulento ... de instituições financeiras [e], sobretudo, na ausência de qualquer vontade ou capacidade reguladora do FED*³ e do governo norte-americano.” (Dowbor, 2009, nota nossa).

E como terceira contradição, os que veem na globalização a força “*incontestável e imbatível do capitalismo*” e os que a percebem como oportunidade de ampliar a solidariedade anticapitalista, a exemplo do Movimento Zapatista, Movimento Antiglobalização e outras iniciativas da sociedade civil, que se utilizam das redes de comunicação global para criação de redes de solidariedade contra a dominação imposta pela globalização.

As relações antonímias colocadas por Santos revelam que as confrontações são, de tal modo, significativas a ponto que, este, designa globalização como uma “*constelação de diferentes processos de globalização e, em última instância, de diferentes e, por vezes, contraditórias, globalizações*.” (Santos, 2005, p.55). Usando uma linha de raciocínio um tanto similar a esta observação de Santos, o pesquisador Batista Júnior (1997), quase dez anos atrás, já percebia a globalização como um mito, um fenômeno ideológico que como o próprio termo já diz “*é enganoso e deveria ser utilizado entre aspas, para marcar distanciamento e ironia*”. Batista Jr. (1997, p.85) acrescenta que “*... do ponto de vista de certo tipo de governo, a ideologia da globalização pode ser de grande utilidade ...; (o termo) vira uma espécie de desculpa para tudo, uma explicação fácil para o que acontece de negativo no país*”. Além disso, a ‘globalização’ seria uma falsa novidade. Afinal outro boom tecnológico – em comunicações e transportes favorecendo os fluxos informacionais – haveria ocorrido na fase que antecede à Primeira Guerra Mundial.

Do lado dos que concebem a globalização como um processo histórico, distinguindo duas modalidades positiva e negativa, está o sociólogo Singer. Para Singer (1997), a globalização pretende ser uma mudança qualitativa da internacionalização, graças aos progressos viabilizados pela comunicação e logística – concordando com outros autores, esse parece ser o aspecto mais significativo da globalização – além do período de paz que se instalou, favorecendo o proeminente salto da internacionalização. Por outro lado, o viés político é colocado por Singer como algo negativo, pois “*o seu avanço se deve à desregulamentação, à eliminação de restrições e controles que sujeitavam as transações comerciais e financeiras internacionais*”. (Singer, 1997, p.40).

Milton Santos foi mais incisivo e chamou atenção para os aspectos nocivos da globalização, alertando que não se deve admitir uma percepção enganosa. Ele considerou a existência de três mundos em um só, ou três globalizações. O primeiro seria o mundo tal como a mídia – precioso aparato da globalização – apetece fazer as massas enxergarem: a globalização como fábula. O segundo seria o mundo tal como ele é – imposto pela realidade movida pelo consumo fundamental e da informação como alimento do capital: a globalização perversa. E o terceiro seria um mundo como ele pode [ser]: ou seja, uma outra globalização embasada pela

Assim como a globalização é uma cadeia de relação sustentada pelo consenso neoliberal, existem outras manifestações relevantes, a cerca de seu debate: as comunicações, organizações, ecologia, produção e esfera militar. Destaca-se o aspecto comunicação, por seu papel central e propulsor fomentado por meio das redes, viabilizadas pelas tecnologias de informação e comunicação, que desencadeiam, no novo padrão de acumulação e reestruturação do capitalismo, tamanha junção de interesses entre grandes economias. Essas tecnologias, renomeadas de tecnologias avançadas de informação e comunicação (TAICs), permitem o contato imediato entre pessoas, organizações e países, eliminando as diferenças e dificuldades do espaço-tempo para o trânsito da informação. Assim, esse aspecto é fator determinante para os ritmos e graus de desenvolvimento econômico.

A evolução dos sistemas de comunicação culminou em um novo estágio do capitalismo, o que [Castells](#) (2000; 2005) e [Bell](#) (1979) chamaram de 'informacionalismo' e 'pós-industrialismo'. Os respectivos termos são uma designação dada por teóricos, para representar o que seria uma terceira revolução industrial – tendo início no meado do século XX – e apresentando como tecnologias principais o transistor, computador e a internet ⁴.

Desde o surgimento do “*informacionalismo*”, as disparidades entre países e pessoas têm crescido consideravelmente. E isto não só ocorre porque os países menos favorecidos estão excluídos do trâmite econômico global, mas também, porque as exportações, por exemplo, em países pobres, são de produtos primários enquanto que os ricos baseiam-se em uma exportação pautada em pesquisa, conhecimento e alta tecnologia. Uma política desenvolvida pelas grandes instituições (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Européia para o Comércio e Desenvolvimento, Organização Mundial do Comércio), visando uma nova roupagem ao capitalismo. De acordo com [Lizst Vieira](#) (1997), estas instituições internacionais “*deixam poucas dúvidas de que a palavra serve para designar, uma nova configuração do capitalismo, nascida da liberalização e desregulamentação ante a qual os países e os agentes econômicos não globalizados ... deverão aprender a se conformar.*” ([Vieira](#), 1997, 13).

Em 1990 um norte americano ganhava, em média, 38 vezes mais que um tanzanio. Com a intensificação dos mecanismos de globalização na contemporaneidade, essa diferença se alargou, implicando em uma concentração de 61 vezes mais para estes americanos. Nunca houve um desnível tão grande entre um pequeno grupo de países e a maioria esmagadora dos países da humanidade. ([Santos](#), 2000). Dessa forma, é no quesito social que a globalização tem mostrado sua face mais danosa por não privilegiar o crescimento balanceado. Essa foi imposta pelos países centrais aos países ‘*semi-periféricos*’ e periféricos, desta maneira, aumentando cada vez mais a desigualdade social porque o modelo visa beneficiar os países ricos onde a economia nunca é evitada. Tratando-se de globalização, as contradições são muitas como: desigualdade social global e ao mesmo tempo aumento dos gastos sociais em esfera global.

Aspectos sociais: interseção entre globalização, sociedade da informação e as desigualdades sociais

Desafiando o Estado de Bem-Estar, os neoliberais “*argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si – pois disso precisavam as sociedades ocidentais*”. ([Anderson](#), 2007, p10). Fala-se agora de uma nova formação de classes e na desigualdade no âmbito mundial baseada na dinâmica das multinacionais. De acordo com [Santos](#) (2005), as novas desigualdades sociais desenvolvidas pela “*trípa aliança*” entre as empresas multinacionais, a elite capitalista local e a burguesia estatal, em países como o Brasil, têm vindo a ser amplamente discutida pelas próprias agências fomentadoras da globalização (*Banco Mundial e FMI*). Para Evans (apud [Santos](#), 2005, p.33), “*o modelo de industrialização e crescimento baseado na “tríplice aliança” é inerentemente injusto e apenas capaz de um tipo de redistribuição – da massa da população para burguesia estatal, as multinacionais e o capital local*”. A questão da desigualdade social tem representado um crescimento tão preocupante que, parece nos últimos tempos, houvera uma revolta das classes dominantes contra as iniciativas de redistribuição de renda.

A noção de exclusão – salienta [Demo](#) (2002) – ultrapassa a idéia de desigualdade social, sendo o contemporâneo termo um plus fundado “*não principalmente sobre a oposição de interesses entre grupos sociais e a luta pelo reconhecimento social, mas antes sobre a fraqueza ... e a ausência de reivindicações organizadas.*” Segundo Chossudovsky (1997 apud [Santos](#), 2005), os aparelhos de globalização são responsáveis pela “*globalização da pobreza*”. Entretanto, essa não resulta da falta de recursos humanos e materiais. O inchaço da mão de obra provém da necessidade de liberalização do mercado de trabalho,

medida esta que causou fluxo expressivo nos últimos tempos de desemprego e empobrecimento da classe trabalhadora.

Uma das alternativas colocada pelo sociólogo [Bava](#) (2004, p.107), diz que, o que se busca no espaço da defesa do cidadão e do campo democrático são ...novas relações entre Estado e sociedade civil, em que o Estado exerça um papel regulador que controle a voracidade dos agentes do mercado e crie as condições para um maior protagonismo de atores coletivos da sociedade civil comprometidos com a construção da inclusão social.

No momento atual, a ideologia do Estado de bem-estar social não comporta mais as condições impostas pelo modelo vigente. A evolução afirmativa da sociedade de informação está estritamente ligada à evolução científica em convergência com a tecnologia que visava segurança para estabelecer soberania do Estado que começou com a Segunda Guerra Mundial e se intensificou na corrida espacial entre União Soviética e EUA no período da Guerra Fria. *“Enquanto os EUA ocupava uma posição ofensiva no mercado da informação, a U.S. mantinha seu modelo social baseado no fechamento e controle da informação, tendo uma posição de defesa”*. ([Mattelart](#), 2002, p. 64 e 69). A estruturação de *“reservatórios de idéias”* abordada por [Mattelart](#) (2002, p.62), em História da Sociedade da Informação, se revelou pouco a pouco um *“lugar estratégico na produção de um saber orientado para a planificação do futuro”*.

Deste modo, no atual contexto – onde convém a muitos autores chamar de pós-industrial, informacionalismo, e mais – observa-se que a riqueza passa a ser cada vez mais associada à possibilidade dos atores em desenvolver uma economia baseada no conhecimento. É necessário conhecimento tanto para produção como para o consumo. Fala-se agora de um conhecimento movimentado pelos capitais *“cognitivos”* ou de informação que transitam em uma malha dinâmica, onde aqueles que participam possuem seu *“ponto/capital”* proporcionalmente valorizado. O valor do passe está atrelado à ligação que o indivíduo tem com esta rede, sendo relevantes alguns aspectos como: o tipo de ligação, o meio em que está inserido, sua bagagem cognitiva, entre outros aspectos.

Na sociedade atual, o conhecimento tem se tornado *“mais que”* essencial para as riquezas das nações. Autores como [Castells](#) (2000) e [González](#) (2006) defendem que este bem, que já foi tido como privado, hoje se converteu em um recurso público. Entretanto, até que ponto os próprios mecanismos de disseminação da informação não são, também, o principal meio de privatização do conhecimento? A longo prazo, a informatização será *“para o bem ou para o mal”* um ingrediente fundamental do *“equilíbrio da autoridade que representa o Estado e a liberdade da sociedade.”* ([Felicié Soto](#), 2008, p.20, tradução nossa). Nesse novo modelo de sociedade, onde a convergência da informática, comunicação e informação cooperam ou desfiguram a sustentação da democracia no mundo, surge o conceito de sociedade da informação.

De acordo com a [Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação](#) (2009), a sociedade da informação é um conceito em evolução que vem alcançando variados níveis em todo o mundo, consoantes as diferentes etapas de desenvolvimento de cada país. A sociedade da informação é uma sociedade configurada em redes, ou seja, um conjunto de pontos de conexão, também chamados de ‘nós’ onde podem circular a informação tendo como exemplo *“[...] os mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede dos fluxos financeiros globais”*. ([Castells](#), 2000). Diante disso, a estrutura social foi configurada para comportar interrelações entre redes; proporcionando a convergência cultural, política e organizações sociais, visando à exclusão do espaço e anulação do tempo.

Falar em conexões e pontos de rede, nos remete à internet que frequentemente está ligada ao consumo, sobretudo, para manutenção do modelo de consumo de massa atual, como explica o sociólogo francês Dominique Wolton – a internet é a comunicação de pessoas para pessoas que se interessam pela mesma coisa. O estudioso da comunicação de massa contemporânea acusa a internet de formadora de guetos intelectuais, culturais, etc., *“precisamos da sociedade de massa, pois há o consumo, a informação, a educação e o sufrágio universal ... é a TV que faz a sociedade de massa sobreviver”*⁵. Wolton é um defensor confesso das telecomunicações e um entusiasta da televisão brasileira. Interessante observar que, como as massas são importantes no processo de globalização mediante ao consumo, logo, devem ser mantidas.

A internet está no cerne do novo padrão sócio-técnico e de organização. Esse processo global de desenvolvimento desigual talvez seja a expressão mais dramática da divisão digital. ([Castells](#), 2005). Lembremos que na sociedade de informações, o atual modelo de desenvolvimento requer as condições

atuais sustentadas pelos países hegemônicos que formam a tríade e são, além dos já citados anteriormente, os principais fatores explicativos para sua liderança:

- *Significativa atividade de pesquisa científica e tecnológica;*
- *tendência a desenvolverem políticas de ciência e tecnologia mais articuladas a outras políticas públicas e associados a outros projetos estratégicos de desenvolvimento; e*
- *maior participação do setor privado como financiadores em pesquisa e desenvolvimento*⁶.

Os fatores discorridos acima levam, assim, à compreensão de que os países de economia desenvolvida são os mesmos da produção técnico-científica. Isto graças, segundo [Barros](#) (2005), a “*estarem ancorados numa significativa tradição de valorização e estímulo às atividades científicas e tecnológicas*”, ampliando continuamente suas bases e, adotando políticas que, mesmo que dotadas de intenções neoliberais, se estendam a outras parcelas menos abastadas da população. Uma dessas políticas, que vem visando à inserção de indivíduos menos favorecidos nas novas mídias, é a inclusão digital. O discurso da inclusão digital versa em seu cerne que se trata de uma efetiva ferramenta que, adotada como política para inclusão social, pode alterar o presente quadro de pobreza dos países periféricos e a amenizar as desigualdades gritantes dos ‘*semi-periféricos*’. Acredita-se que é com base nesta premissa que tem havido uma proliferação de propostas que trazem como bordão a inclusão digital associada à inclusão social. Visando reduzir as desigualdades e aumentar a competitividade de pessoas e de países de maneira gradual e mais igualitária, tal tema tem cativado o estudo de diversos pesquisadores e entidades como será analisado a seguir.

Aspectos da inclusão digital: minimizar a exclusão social

No final do século XX, os estudiosos do tema digital divide, além de autoridades do eixo internacional, admitiam que o problema transcendia à falta de acesso às tecnologias, sendo esta “*uma manifestación, más de una brecha mucho mayor: la social.*” ([Felicie Soto](#), 2006, p. 71).

A questão da chamada “*digital divide*” – ou “*brecha digital*”, termos comuns para denominar exclusão digital na literatura internacional – aparece a partir de 1990 com o impacto vertiginoso da internet no mundo. ([Warschauer](#), 2003). Por meio de estudos comparativos ou mapeamentos sociais é possível visualizar os drásticos disparates entre atores tanto no contexto local, nacional e global.

O conceito de uma “*exclusão digital*” tem envolvido excedentes a mais de uma década. “*Alguns insistem que existem exclusões múltiplas ou leis de ênfase múltipla e diferenças em acesso e padrões de uso.*” ([Lentz](#), 2004, p.76). Em essência, a exclusão digital é a lacuna de conectividade que se encontra exacerbada por fatores de ‘*impedimento*’ variados, que podem ser de caráter geográfico, étnico, de rentabilidade e nível educacional.

Segundo [Fuentes-Bautista, Straubhaar e Spence](#) (2004) – em estudo feito para verificar o desenvolvimento das iniciativas com internet promovidas por Organizações não governamentais - ONG’s e Governo no Brasil e em Cuba – o combate as desigualdade promovidas pela exclusão digital deve ser uma convergência de ações. Essas ações visam mapear completamente os canais das ações não somente do governo, mas também a intervenção local, das Organizações não governamentais - ONG’s nacionais e internacionais, universidades, municipalidades, participação política e instituições de lucro e práticas internacionais. Sobre a idéia de transformar a inclusão digital em política pública, [Silveira e Cassino](#) (2003, p. 29) consolidam quatro pressupostos:

- *Primeiro: o reconhecimento de que a exclusão digital amplia a miséria e dificulta o desenvolvimento humano, local e nacional;*
- *Segundo: a constatação de que o mercado não irá incluir na era da informação as camadas pobres e desprovidas de dinheiro;*
- *Terceiro: a velocidade da inclusão é decisiva para o aproveitamento do desenvolvimento no contexto de “mundialização” de trocas desiguais e, também, para adquirir capacidade de gerar inovações; e*
- *Quarto: toda essa busca é uma questão de cidadania.*

A inclusão passa a ser considerada como um desafio no plano sócio-político, visto que é preciso romper com a exclusão digital. Esta exclusão pode gerar o analfabetismo digital e consequentemente levar a letargia comunicativa, o isolamento e o bloqueio do aprendizado coletivo. Contudo, percebe-se que para haver inclusão digital efetiva, baseada em aprendizado, é necessário muito mais que os instrumentos básicos (*computador, linha telefônica e provedor de acesso*). Percebe-se que, segundo estudos estatísticos divulgados pelo Banco Mundial, as maiores densidades de acesso ao ciberespaço e de uso das tecnologias digitais coincidem com os principais centros mundiais de pesquisa científica, de atividade econômica e de movimentações financeiras.

As estatísticas de acesso à internet e computadores revelam que os Estados não podem ignorar a distribuição desigual (Dijk, 2005) e isso é fato, pois, principalmente nos países desenvolvidos, a difusão dessas tecnologias alcançou rapidamente a maioria. Assim, “*a tendência geral parece ser o fechamento da defasagem do acesso à Internet*” (Castells, 2005, p.206), entretanto essa tendência não prevalece para a divisão étnica. Observa-se a crescente disparidade relativa à distribuição de renda e etnia, fomentando questões relacionadas à exclusão. Tais questões de exclusão balizada não somente nos conceitos de classe social e desigualdade que enfocam o trabalho (Demo, 2002), mas também integração e de estímulos para transformar o turbilhão de informação em conhecimento. Isso significa mais um entrave à mobilidade social para as camadas da sociedade que não tiveram acesso à educação.

No caso brasileiro, Mattos e Chagas (2008) – exemplificam que as dificuldades intensificadas pela globalização e abalo devido às crises financeiras ampliaram profundamente as diferenças no lado educacional da sociedade – “*fazendo do fator cognitivo outro elemento que limita as possibilidades de se construir no país um projeto de efetiva ampliação da inclusão digital.*” Com base nas visões de estudiosos do tema, percebe-se a importância da formulação de critérios mais canalizados nas perspectivas educacionais, deixando um pouco de lado a frieza das estatísticas. Critérios mais delimitados poderiam subsidiar uma matriz que considerasse aspectos cognitivos para a inclusão digital como educação, mediação e conteúdo. Assim, os órgãos do poder público, responsáveis pela formação destas políticas, poderiam consultá-la, podendo servir de parâmetro para as iniciativas de inclusão digital brasileiras.

Aspectos cognitivos para inclusão digital: foco no contexto brasileiro

Tem-se verificado que muitos autores, especialmente instituições de pesquisa, vêm se preocupado com os indicadores de exclusão digital, como aborda Lentz (2004, p.77) “*agências governamentais, pesquisadores acadêmicos, fundações nacionais e grupos comunitários têm trabalhado para mapear a brecha entre os com e sem telefones, computadores pessoais, ou acesso a internet por ano*”.

Contrapartida há alguns pesquisadores que vêm trabalhando esses indicadores com uma abordagem menos técnica, focada na disponibilização de infraestrutura. No contexto global, têm-se os trabalhos de Warschauer e Jan van Dijk que vêm considerando aspectos cognitivos como conteúdo, recursos humanos e educacionais. No Brasil, embora de maneira tímida, algumas reflexões começam a chamar atenção para este ângulo como possibilidade de inclusão digital efetiva⁷. Denomina-se uma inclusão digital efetiva aquela que considera a convergência dos recursos pensados por Warschauer (2006) com elementos básicos da teoria *vygotskyana*.

O acesso à internet tem atingido os principais centros metropolitanos de todos os continentes, mas se faz presente de maneira tímida em lugares menos desenvolvidos. A diferenciação entre os que têm e os que não têm internet “*acrescenta uma divisão essencial às fontes já existentes de desigualdade e exclusão social*” (Castells, 2005, p.203) intensificada pelos mecanismos de globalização como, principalmente, aqueles que tratam da informação. A tecnologia maciça no âmbito social é uma realidade presente nos países desenvolvidos, como os EUA, Canadá e Japão.

Tais países possuem características ditatoriais no que refere a ampla facilidade de articulação entre TIC, capital e concentração de *skills*. A informação qualificada dinamiza os jogos globais; e, para fazer parte deste contexto torna-se imprescindível a capacidade de compreensão, visando utilizar todas as potencialidades das tecnologias avançadas de informação e comunicação (TAICs). A utilização efetiva desses potenciais em países como o Brasil vêm sendo tímido, se comparado a países como Finlândia, devido ao nível desigual quanto à educação formal e por seus baixos níveis de leitura nas massas da população. Essa diferença cognitiva não é capitada pelas estatísticas que mapeiam a inclusão digital. Esses indicadores tradicionais – como pontuam Mattos e Chagas (2008) – retratam “*uma realidade tão positiva como parece sugerir a fria análise das estatísticas.*”

Nesse contexto, na interrelação de circunstâncias que acompanham a sociedade que vigora, o que pensam alguns estudiosos a respeito da efetividade da inclusão digital? A divisão digital não está estritamente ligada ao acesso. Há outros pontos a serem considerados que, segundo [Castells \(2005\)](#), estão atrelados à nova divisão tecnológica e a disparidade de conhecimento. [Warschauer \(2006\)](#) coloca que a obtenção de letramento e o acesso às tecnologias informação e comunicação, TIC proporcionam habilidade para o indivíduo processar e utilizar a informação, que só é possível por meio da conectividade, um viés essencial para promoção da inclusão digital. Para o autor, a tecnologia informação e comunicação -TIC, se adequadamente associada, explorada e fomentada pode estimular o desenvolvimento das características cognitivas do indivíduo. Para [Dijk \(2005\)](#) o contexto da atual sociedade da informação favorece o *empoderamento* daqueles que possuem engajamento (*habilidades diferenciadas em informação, comunicação e mediação da leitura*). Paulo Freire falou do “*medo da liberdade*” que os “*indivíduos*” possuem e que esse pode ser controlado na proporção que este se transforma em sujeito consciente da realidade. Isto é possível quando este entra em estado de aprendizado contínuo, observando o contexto social que está inserido. Essa liberdade é a consciência crítica.

Muitas das iniciativas de inclusão digital no Brasil possuem características técnicas, ou seja, pautadas nos modelo de acesso equipamentos e conectividade, o que tão pouco descaracteriza a proposta da política global de inclusão digital. Pois, o recurso físico (*computadores e conectividade*) são essenciais para implementação desses projetos. Porém, sem a adoção de outros recursos como motivação da utilização e produção de conteúdos e linguagem, da consideração do trabalho de mediação e participação ativa da comunidade tais iniciativas tendem a definir em pouco tempo.

[Dwyer \(2007\)](#) dizem que embora seja “*verdade que muitas atividades novas são desenvolvidas graças ao computador, mas transformar o computador numa panacéia capaz de consertar os males do sistema educacional parece ser uma ideologia*”. Ou seja, usar por usar o computador não é requisito prévio para inclusão digital efetiva. O grupo de pesquisadores, representados por Dwyer concluem que o uso do computador (*seja na escola, em casa, no trabalho, em estabelecimento público ou privado*) não está “*associado a uma melhoria uniforme do desempenho*”. No caso dos estudantes que compõem a amostra desta pesquisa, os autores completam, informando que pelo contrário, “*aqueles que sempre usam o computador tiveram um pior desempenho que outros usuários da mesma classe social e para os mais pobres, o resultado foi mais nítido ainda*”. ([Dwyer \(2007\)](#)).

Em outra ocasião observou-se um fenômeno parecido. Onde se percebeu, em pesquisa realizada sobre inclusão digital, em um telecentro dentro de uma universidade em cidade do nordeste brasileiro, que 28% dos frequentadores acessam ao MSN e que 80% utilizam o Orkut para fortalecer laços de amizade. ([Neves; Gomes, 2008](#)). Ou seja, os jovens geralmente utilizam a internet para fins de entretenimento. Daí a relevância das iniciativas procurarem meios de inclusão diferentes do modelo somente baseado em equipamentos e conectividade. É coerente considerar outros aspectos cognitivos como a educação, mas também a mediação e o acompanhamento psicológico (*esse último muito importante se a amostra se tratar de sujeitos em situação de risco social como moradores de rua, por exemplo*).

Entretanto, não é mérito deste ensaio versar que procurar entretenimento na internet não representa “*está incluído*”, mas sim que o incluído digitalmente parece ser aquele capaz de entreter-se e aprender (na) e por meio da internet. Será que jovens de classes menos abastadas da sociedade não têm direito de “*teclar*” com seus amigos no MSN – não importa se este amigo está a menos de 10 metros ou em outro país, isso faz parte do fenômeno – ou conhecer novas pessoas em salas de bate papo, ou ainda possuírem sua rede social (*contatos*) no Orkut? Parece, obvio que sim, pois essas ferramentas, por força das circunstâncias, se constituem na contemporaneidade dos meios de relação social, ou em outras palavras, meio de “*capital social*”. Por que os menos favorecidos deveriam ficar de fora disso?

Entende-se e defende-se que o sujeito incluído tecnicamente nesse modelo seja “*capaz de fazer*” (*competência*) outras aplicações quando julgar necessário. Esta diferenciação é o ponto que discerne o indivíduo do sujeito. O Sujeito quando incluído nos moldes de um modelo voltado ou embasado em letramento, de maneira inerente, acredita-se, é verdade, possuir mais chances de perder o “*medo da liberdade*” e desenvolver-se apoiado em análises críticas em relação ao seu meio, seus valores e ao seu papel na sociedade, ou seja, este sujeito passa a ser “*capaz de ser*” (*crítico*) cidadão.

Ao que parece, no Brasil, o tipo de inclusão digital predominante é o baseado em um foco mais tecnicista, alinhado nos modelos de acesso que [Warschauer \(2008\)](#) chamou de baseado em computadores e

conectividade. As reflexões apontam que a segunda inclusão com foco no modelo – que também comenta Warschauer – baseado em aspectos do letramento, ainda está por vir. Ao dificultar o desenvolvimento, a exclusão digital contribui para a consolidação da pobreza e distanciamento das camadas sociais, que também pode ser percebida no âmbito mercadológico, visto que as oportunidades de emprego tornam-se inacessíveis para os digitalmente excluídos no contexto de globalização. Para que a alfabetização digital possa ser universalizada, dependerá da ação intermediária do Estado. Não esquecendo que a formulação, execução e avaliação das políticas públicas necessitam do envolvimento das organizações não governamentais, ONGs, organizações corporativas e da sociedade civil. (Neves; Gomes, 2008, p.7).

Dessa forma, diante desses aspectos e, visando o “*entendimento de tais problemáticas, o conceito de digital divide deve ser reformulado*” (Dijk, 2005, p.3) em uma agenda pública, aberta ao debate com os diversos atores da sociedade, levando em consideração essas dimensões menos óbvias da exclusão digital. Portanto, este é um dos grandes desafios da democratização digital, que deve não apenas promover o acesso a este universo de informações, mas também mediar os sujeitos na perspectiva de transformar a informação em conhecimento e em capital social, visando competência para sobreviver no mundo globalizado pelas redes.

Algumas considerações

Acredita-se que neste segundo momento da inclusão digital o sujeito – dito como incluído – deverá ser capaz de não somente ter acesso aos serviços do governo como também utilizá-los de maneira crítica, passando a participar da esfera governamental de maneira efetiva. Quiçá passando a se aproximar do hipotético e estimado cidadão munido de informações. A utilização crítica das informações, disponibilizadas por órgãos públicos a partir de qualquer parte do mundo, podem vir a ser um instrumento eficaz para a construção de atos mais democráticos.

Surge, portanto, a necessidade de se criar e pôr em prática políticas de inclusão digital assim como também o fomento do debate que levem às agendas mundiais, sobre efeitos da globalização em paralelo com a desigualdade e exclusão digital, às pródigas problemáticas. Neste sentido vários países, inclusive o Brasil, têm engendrado programas para viabilizarem a inserção da sociedade no contexto mais amplo da sociedade da informação.

O fato é que, no âmbito da globalização, a exclusão digital é um problema social, que gera desigualdades entre as pessoas dentro dos países e também entre estes. A nova face da exclusão social impede o crescimento político, econômico e social tanto dos países quanto dos indivíduos.

O atual momento da modernidade, balizado por tecnologias inteligentes, exige das sociedades maior esforço cognitivo. Também as relações e o trabalho requerem que o sujeito seja capaz de selecionar, significar e potencializar a informação. O volume brutal de conteúdos e a migração das atividades para a rede prescrevem que as diferenças cognitivas não podem ser desconsideradas pelas políticas norteadoras da inclusão digital.

Assim, tem-se muito a refletir. Entretanto, em um debate que fuja ao modelo neoliberal – onde o diálogo participativo cede espaço a coalizões desiguais de interesses que beneficiam guetos de desenvolvimento – impostos pelos “*os donos do jogo*”. O momento parece propício para mapear as iniciativas já em curso, mas à luz da literatura e em constante debate com a sociedade civil que precisa deixar de ser enxergada como mera consumidora nesse, e desse, processo.

Notas

[1] A junção de aspectos cognitivos e ferramentas de tecnologia social, potencializando o sujeito a adaptar e criar conhecimento a partir do estímulo do pensamento crítico e participativo (ver Resenha sobre Warschauer em

www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/download/3214/2340>).

[2] Também Trivinho observou o fenômeno de sobreposição de contextos locais e global, cunhando a expressão “glocal” ou “glocalização”. Resumidamente ‘o que acontece no global interfere no local, e vice versa’.

[3] Federal Reserve ou Banco Central Americano.[4]

[4] A segunda revolução industrial teria sido marcada pelo aproveitamento da energia elétrica na produção fabril de grande escala e a primeira, no século XVIII, a qual foi resultado da revolução da máquina a vapor de James Watt.

[5] Informação retirada da entrevista fornecida por Dominique Wolton ao programa televisivo Milênio da Rede Globo de Televisão em julho de 2006.

- [6] Adaptação das premissas desenvolvidas na pesquisa de Barros (2005).
[7] Ver NEVES, B.C. Cognitive Approach in the Digital Inclusion (Revista ICS).
[8] agradecimentos: À CAPES e aos profs. Othon Jambeiro, José Gomes de Pinho e Carlos Milani.

Referências Bibliográficas

1. ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. [S.l.]: Paz e Terra, 2007. 205p.
2. BARROS, F. A. F. de. A Tendência concentrada da produção do conhecimento no contemporâneo. Brasília: Paralelo 15: Abipti, 2005.
3. BATISTA Jr., P.N. Mitos da globalização. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, setembro 1997.
4. BAVA, Caccia S. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, 2004.
5. BELL, D. The social framework of the Information Society. In: DERTOUZOS, M. e MOSES, J. (Org.). The computer age: a twenty year view. Cambridge: MIT Press, 1979.
6. CASTELLS, M. La sociedad red. 2 ed. (La era de la información). Madrid: Alianza, 2000, 698p. v.1.
7. CASTELLS, M. A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. RJ: Jorge Zahar, 2005.
8. CUMBRE MUNDIAL SOBRE LA SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN (Genebra) (Ed.). Implementación de la CMSI por línea de acción. Ginebra: CMSI, 2009. Disponível em: <<http://www.itu.int/wsis/index-es.html>>. [Consulta em: 16 jun. 2009].
9. DEMO, Pedro. O charme da exclusão social. São Paulo: Autores Associado, 2002. 125.
10. DIJK, J.A.G.M. Van. The Deepening divide: inequality in the information society. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005. 240 p.
11. DWYER, T. et al. Desvendando mitos: os computadores e o desempenho no sistema escolar. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 101, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101->. [Consulta em: 21 ago. 2009].
12. DOWBOR, L. A crise financeira sem mistérios. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2009-01,a2772>>. [Consulta em: março de 2009].
13. FELICÍ SOTO, A. M. F. Biblioteca pública, sociedad de la información y brecha digital. Buenos Aires: Alfagrama Ediciones, 2008.
14. FUENTES-BAUTISTA, M.; STRAUBHAAR, J.; SPENCE, J. NGOs and government: the social shaping of Internet from below. In: JAMBEIRO, O.; STRAUBHAAR, J. (Orgs). Informação e comunicação: o local e o global em Austin e Salvador. Salvador: Edufba, 2004.
15. GONZÁLEZ, J. A. M. Conceptos introductorios al estudio de la información documental. Salvador: EDUFBA, 2006. 346p.
16. LENTZ, R. et al. Structuring access: the role of Austin public access center in digital inclusion. In: JAMBEIRO, Othon; STRAUBHAAR, Joseph (Orgs). Informação e comunicação: o local e o global em Austin e Salvador. Salvador: Edufba, 2004.
17. MATTELART, A. Diversité vculturelle et mondialisation. Paris: La découverte, 2005. 122p.
18. MATTELART, A. História da sociedade da informação. 2ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 197p.
19. MATOS, F.A.M; CHAGAS; G.J.N. Desafios para a inclusão digital no Brasil. Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 13, n.1, abr, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362008000100006&lng=pt&nrm=iso>. [Consulta em 02 jun. 2009].
20. MIYAMOTO, S. A segurança internacional no pós-guerra fria. In: DOWBOR, L.; IANNI, O.; REZENDE, P. (Org). Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

21. NEVES, B. C.; GOMES, H. F. La Inclusió digital i el context brasiler: una experiència en els dominis d'una universitat. BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació, desembre, núm. 21. diponible en: <<http://www.ub.edu/bid/21/coelh1.htm>>. [Consulta: 22-08-2009].
22. SANTOS, Boaventura S. (Org.). A globalização e as ciências sociais. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005. 572 p.
23. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.
24. SCHOLTE, J. A. The Globalization world politics. In: SMITH, S.; BAYLIS, J. The Globalization of world politics: an introduction to international relations. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2001.
25. SINGER, P. Globalização: afinal, do que se trata? In: Cadernos do Legislativo, nº 3(06): dez, 1997. p. 25 – 61.
26. SILVEIRA, S.; CASSINO, J. Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. In: S. A. da e CASSINO, J. (Org.) Software livre e inclusão digital. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003. 339p.
27. SMITH, S.; BAYLIS, J. The globalization of world politics: an introduction to international relations. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2001.
28. VIEIRA, L. Cidadania e globalização. [S.l]: Record, 1997.
29. VYGOTSKY, Lev S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual. In: LEONTIEV, A et al. Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Moraes, 1991.
30. WARSCHAUER, M. Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate. São Paulo: Senac, 2006. 319p.

Sobre o autor / About the Author:

Barbara Coelho Neves

babi.coelho3@gmail.com

Professor Convidado do programa de pós-graduação ICI/UFBA. Mestranda em Ciência da Informação na Universidade Federal da Bahia, UFBA.